

Más notícias na biodiversidade

Promessas ficam só no papel

por Washington Novaes
do Rio de Janeiro
(Especial para a
Gazeta Mercantil)

Se o "mentirômetro" colocado à porta da Rio + 5 pelos ambientalistas impacientes for acionado no momento em que as discussões estejam centradas nos avanços em matéria de proteção e partilha da biodiversidade no mundo após a Rio 92, provavelmente o nariz do Pinóquio crescerá tanto que ocupará toda a avenida fronteira. Porque, na verdade, esses avanços — os poucos que aconteceram — se devem fundamentalmente a ações da sociedade e não aos 165 governos que já ratificaram a convenção de 1992.

E a perda da biodiversidade continua em ritmo acelerado e ameaça os direitos das futuras gerações, por levar à perda do patrimônio biológico (do qual dependeremos para ter novos alimentos, medicamentos e materiais). (Cont. A-6)

9m
17/3/97
04
A1eAG

ágina A-6

GAZETA MERCANTIL — SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 1997

NACIONAL

Más notícias na biodiversidade

por Washington Novaes
do Rio de Janeiro
(Especial para a Gazeta Mercantil
(Continuação da página A-1))

Segundo os dados do World Resources Institute, que reúne estudos de 400 especialistas em 50 países, a biodiversidade no mundo "está seriamente ameaçada". Por muitas razões:

- O ritmo de extinção de plantas e animais acelerou-se brutalmente, já é entre 50 e 100 vezes maior que as taxas médias observadas no passado mais próximo, antes de apressado o ritmo (na natureza não ameaçada por ação humana, uma espécie vive entre um e dez milhões de anos, antes de sucumbir diante de fatores como mudanças climáticas, mudanças genéticas, surgimento de novos predadores etc.); as observações feitas por cientistas ao longo dos quatro últimos séculos apontam a extinção de um mamífero a cada 400 anos e de um pássaro a cada 200 anos (nesse período desaparecem pelo menos 58 mamíferos e 115 pássaros); agora, 12% dos mamíferos estão ameaçados, 11% dos pássaros, 4% dos peixes e répteis.

- Alguns cientistas calculam que até 2015, no ritmo atual, podem desaparecer entre 1% e 11% das espécies por década, nas florestas tropicais;

- Outros, admitem entre 4% e 8% — e isso deve a que a taxa de devastação dessas florestas tem permanecido acima de 15 milhões de hectares (150 mil quilômetros quadrados) por ano, o que significa uma perda de quase 1% ao ano, já que restam no planeta cerca de 1,7 bilhão de hectares de florestas tropicais;

- 52% das florestas estão na América do Sul; quatro países (Brasil, Indonésia, Zaire e Peru), juntos, têm 50%;
- Na década de 80, o Brasil respondeu por 28% das perdas de florestas

tropicais e por 13,8% de outros tipos de florestas (nessa década, as perdas totais no mundo foram de 154 milhões de hectares, uma superfície três vezes maior que a França); o último dado aumentou 36% entre 1991 e 1994, chegando a mais de 14 mil quilômetros quadrados anuais (e levando o governo a aumentar a área de reserva legal de 50% para 80% em cada propriedade, a cancelar novas autorizações para extrair mogno e virola — mas permanecem autorizações anteriores — e a rever outras autorizações já concedidas).

- Recursos genéticos na área de alimentos também estão ameaçados; mais de metade das coleções de germoplasma de cereais, frutas e outros alimentos já não têm condições de desempenhar a funções de preservação e regeneração.

Trata-se, portanto, de uma situação grave, com profundas implicações sociais, econômicas e éticas.

Na reunião dos países signatários da convenção da biodiversidade, em novembro último, na Argentina, não houve grandes progressos (entre os países sul-americanos, só o Brasil mandou representantes). Verificou-se que quase todos os países implantaram sistemas de certificação da origem das madeiras comercializadas

(para controlar a exploração), mas a fiscalização é precária e não se sabe como compatibilizar as regras com as normas liberalizantes da Organização Mundial do Comércio. Essa mesma dificuldade impera na questão da propriedade do conhecimento sobre espécies da área. E a biopirataria continua sendo prática corrente em muitos lugares — tanto que as organizações não governamentais (ONG) e os povos indígenas pediram uma moratória na bioprospeção e na liberação de organismos geneticamente modificados.



Reafirmou-se, é certo, a soberania de cada país sobre as espécies encontradas em seu território, mas não se constatou quase nenhum avanço na partilha dos resultados da exploração da biodiversidade, assegurada no papel pela convenção. Da mesma forma, não se observaram avanços na concessão de novos recursos nessa área para os países subdesenvolvidos, nem na transferência de tecnologias.

Em seu relatório de dezembro de 1996, trazido agora à Rio + 5, a World Conservation Union confirmou esse diagnóstico. E ainda acrescentou que faltam incentivos globais, nacionais e regionais para a conservação, assim como não se está promovendo a recuperação de áreas degradadas. Planos nacionais e regionais não conseguem integrar-se. Os governos não conseguem internalizar a questão em todo o seu planejamento — a biodiversidade fica confinada nos espaços ambientais. E, talvez mais grave que tudo, não se consegue incorporar aos sistemas de cálculo das contas nacionais os valores da biodiversidade e da sua perda.

Enquanto isso, multiplicam-se as iniciativas de apropriação da biodiversidade escapando às regras da convenção. Uma empresa criada na Califórnia com capitais de vários laboratórios está colocando pesquisadores nas florestas tropicais de todo mundo, junto a pajés, curandeiros e feiticistas, para recolher o conheci-

mento sobre o uso de plantas medicinais. Um depósito de materiais que se pretende patentear nos EUA já tem mais de 60 mil amostras recolhidas, centenas delas no Brasil.

Nossos problemas internos nessa área são complicados. No recente balanço da Rio 92 feito em janeiro pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, Academia Brasileira de Ciências e Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável, praticamente todos os problemas apontados no plano internacional se repetiram.

Na avaliação do ex-secretário nacional de Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, sequer conseguimos ainda resolver problemas antigos como o das gusarías do sudeste paranaense, altamente devastadoras, que precisariam se reconvertidas. Mas há esperanças e a maior delas está no projeto de criação de seis grandes corredores ecológicos contínuos (cinco na Amazônia, um na Bahia e Espírito Santo), nos quais se possam preservar mosaicos sucessivos de biodiversidade. Serão cerca de 6 milhões de hectares preciosos conservados (60 mil quilômetros quadrados). O primeiro corredor, que começará a Leste de Manaus e irá até a fronteira com o Peru e Colômbia, incluirá área como a Esta-

ção Ecológica das Anavilhanas, o Parque Nacional do Jaú, a reserva de Mamirauá, a estação ecológica do Jutai-Solimões, reservas indígenas e outras. "Na área tropical não há no mundo projeto tão grande e tão importante quanto este", disse Nogueira Neto.

Sairá do papel? Pelo cálculo do ex-secretário, serão necessários, para esse primeiro corredor, uns R\$ 20 milhões ainda não disponíveis. E também precisará haver recursos para manter as reservas extrativistas, as áreas indígenas (20% da Amazônia brasileira) e para fiscalizar e conter a ação predatória das madeireiras asiáticas que já chegaram ao Brasil, depois de devastarem seus países de origem.

O coordenador de Diversidade Biológica no Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Souza Dias, admite que "o País está atrasado e desarticulado no cumprimento dos compromissos que assumiu na convenção — assim como estão desarticulados os mais de 300 cursos de mestrado e mais de 160 de doutorado em áreas diretamente ligadas com a biodiversidade".

Depois da Eco 92 os recursos para biodiversidade diminuíram para menos da metade

na ação governamentais".

Para o professor Gustavo Fonseca, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do CNPq, a atuação do Programa Nacional da Biodiversidade (Pronabio) "é tímida", tem dificuldade de "transformar intenções em ações". Sua esperança está mais no Funbio, que reúne ao governo o setor privado e a academia. Ele deverá ter em breve parte dos US\$ 100 milhões que o Banco Mundial (BIRD) aplicará na preservação de "hotspots", os biomas mais ameaçados (Mata Atlântica e Cerrado estão entre eles).

De modo geral, afirma ele, os recursos para a biodiversidade não cresceram depois de 1992 — ao contrário, diminuíram para menos da metade do que eram antes. O volume disponível é cinco vezes menor que o mínimo considerado necessário. Os governos do Primeiro Mundo reduziram seu aporte, assim como as fundações privadas norte-americanas e européias.

No plano interno, sua visão é preocupante: "Os diferentes setores do governo responsáveis pela economia e pelo planejamento global do país têm-se mostrado refratários a qualquer tentativa de incorporar considerações ligadas à biodiversidade." Condena também "a atitude nacionalista no acesso a recursos genéticos e refratária à cooperação internacional." Por isso, não vê com bons olhos o projeto da senadora Marina Silva, que regula o acesso a esses recursos. Mas também acha que os empresários só têm um "interesse marginal" nas questões da biodiversidade.

Diante disso tudo, conclui que "a lentidão com que o Brasil se tem posicionado no cenário internacional — atitude paradoxal dado o seu patrimônio genético sem paralelo mundialmente — acarretará custos adicionais bastante significativos no futuro próximo", além da "progressiva e acelerada deterioração do patrimônio biológico do país".

Seria possível seguir com outros dados alarmantes e análises apresentadas naquele e

encontro. Mas pode-se parar por aqui. Estranho é verificar que não conseguimos avançar com a velocidade necessária para preservar o que é nossa maior vantagem comparativa — o maior patrimônio biológico do mundo. Como é estranho verificar que os países do Norte, dependentes do Sul nessa questão, não se empenham em oferecer recursos para a preservação, nem transferem tecnologias. Devem estar achando que com a clonagem resolverão tudo.